

‘Aterrorizante’: os críticos criticam ordens judiciais que exigem que o Google desmascare os espectadores do YouTube

Investigadores federais ordenaram que o Google entregasse informações pessoais de espectadores de vídeos específicos do YouTube, de acordo com documentos judiciais obtidos pela Forbes. Especialistas em privacidade disseram que as ordens violam direitos constitucionais e transformam telespectadores inocentes em suspeitos de crimes.

By [John-Michael Dumais](#)

Global Research, April 15, 2024

[The Defender](#)

[Investigadores federais ordenaram ao Google](#) entregasse informações pessoais de espectadores de vídeos específicos do YouTube, gerando dúvidas entre especialistas em privacidade sobre a constitucionalidade de tais solicitações.

Os pedidos, [obtidos pela Forbes](#), exigem [do Google](#) forneça nomes, endereços, números de telefone e atividades de usuários de titulares de contas – e endereços IP, identificadores numéricos de localização na Internet, de não titulares de contas – que assistiram a determinados vídeos.

Os críticos disseram que as exigências ameaçam transformar espectadores inocentes [do YouTube](#) em suspeitos de crimes, violando seus direitos de liberdade de expressão sob a [Primeira Emenda](#) e [direitos de privacidade](#) sob a Quarta Emenda.

Não está claro se o Google cumpriu os pedidos

Em um caso de Kentucky analisado pela Forbes, a polícia disfarçada tentou identificar a pessoa por trás do apelido online “elonmuskwhm”, suspeita de comprar bitcoin por dinheiro, em potencial violação das leis e regras de lavagem de dinheiro que regem a transmissão de dinheiro não licenciado.

A polícia enviou links para tutoriais do YouTube – que acumularam mais de 30.000 visualizações – sobre mapeamento de drones e [realidade aumentada](#) e, em seguida, pediu ao Google informações sobre qualquer pessoa que tivesse acessado os vídeos de 1º a 8 de janeiro de 2023.

O tribunal concedeu a ordem, mas os registros judiciais não revelam se o Google cumpriu.

Num caso separado de New Hampshire, a polícia de Portsmouth recebeu uma ameaça sobre um explosivo colocado numa lata de lixo pública, informou a Forbes. Depois de vasculhar a área, a polícia descobriu que eles estavam sendo assistidos por meio de uma transmissão ao vivo do YouTube associada a uma empresa local.

Investigadores federais acreditam que eventos semelhantes ao de Portsmouth ocorreram em todo o país e solicitaram que o Google fornecesse uma lista de contas que “visualizaram e/ou interagiram com” oito transmissões ao vivo do YouTube, incluindo uma postada por Boston e Maine Live com 130.000 assinantes.

Ainda não está claro se o Google forneceu os dados neste caso.

O porta-voz do Google, Matt Bryant, disse que a empresa tem “um processo rigoroso projetado para proteger a privacidade e os direitos constitucionais de nossos usuários, ao mesmo tempo que apoia o importante trabalho de aplicação da lei”, de acordo com a Forbes.

Bryant disse que o Google examina cada demanda quanto à validade legal, rejeita solicitações excessivamente amplas ou inadequadas e às vezes se opõe totalmente às demandas.

[O Google anunciou recentemente uma atualização](#) que tornará tecnicamente impossível para a empresa fornecer informações em resposta a ordens de cerca geográfica – ordens que buscam dados de todos os usuários a uma certa distância de um crime.

Esta medida surge depois de um tribunal da Califórnia ter decidido que um [mandado de cerca geográfica](#) que cobria várias áreas densamente povoadas em Los Angeles era inconstitucional, aumentando a esperança de que os tribunais impedissem a polícia de procurar tais dados.

O YouTube não deve identificar usuários ‘sem um mandado válido’

De acordo com o advogado e especialista em privacidade digital [Greg Glaser](#), plataformas de mídia social como o YouTube são frequentemente consideradas parte da esfera pública, e as agências de aplicação da lei normalmente fazem um bom trabalho no tratamento de tais evidências.

No entanto, Glaser enfatizou que as informações pessoais não publicadas de um usuário, como nome e endereço associado à sua conta no YouTube, devem permanecer privadas.

“Sem um mandado válido, o YouTube não deveria revelar às autoridades os detalhes não publicados das contas pessoais de seus usuários”, disse Glaser ao [The Defender](#).

Glaser sugeriu que quando os vídeos retratam atividades criminosas, os mandados serão prontamente emitidos contra os diretamente envolvidos.

Ele também observou que, para crimes específicos, como a exploração pornográfica de crianças, a simples posse ou visualização de tais vídeos é legitimamente considerada um ato criminoso.

“O direito à privacidade não cria o direito de se envolver em atividades criminosas ou de conspirar com criminosos”, disse ele.

Apesar disso, Glaser reconheceu a necessidade de salvaguardar contra vigilância excessiva ou “espionagem de arrasto”.

“Alguns estados implementaram variações de uma ‘[Lei de Proteção da Quarta Emenda](#)’ para resolver esta preocupação, disse Glaser. “Essas leis respeitam o bom trabalho policial e também a necessidade de um mandado, mesmo na [era da vigilância eletrônica](#)”, disse ele.

‘Inconstitucional’ e ‘aterrorizante’

Especialistas em privacidade que conversaram com a Forbes expressaram sérias preocupações sobre a constitucionalidade das ordens judiciais, argumentando que elas ameaçam desfazer as proteções constitucionais.

[Albert Fox Cahn](#), diretor executivo do [Projeto de Supervisão de Tecnologia de Vigilância](#), chamou as ordens de “inconstitucionais” e “aterrorizantes”, comparando-as a controversos mandados de cerca geográfica.

“Ninguém deve temer uma batida da polícia na porta simplesmente por causa do que o algoritmo do YouTube oferece”, disse Fox Cahn à Forbes. “Estou horrorizado que os tribunais estejam permitindo isso.”

[John Davisson](#), consultor sênior do [Electronic Privacy Information Center](#), ecoou as preocupações de Fox Cahn, enfatizando que os hábitos de visualização online podem revelar “informações profundamente sensíveis” sobre indivíduos, tais como suas crenças políticas, paixões e opiniões religiosas.

“É justo esperar que as autoridades não tenham acesso a essas informações sem uma causa provável”, disse Davisson à Forbes. “Esta ordem vira essa suposição de cabeça para baixo.”

Numerosas [tecnologias](#) cobriram o artigo da Forbes e opinaram sobre a polêmica.

O Engadget observou que os indivíduos não precisam [se envolver em atividades ilegais](#) para que seus dados sejam solicitados pelas autoridades. Essas violações de privacidade muitas vezes não são contestadas, a menos que a vítima se envolva em longas batalhas judiciais – às vezes até a Suprema Corte dos EUA, escreveu a [PCWorld](#).

A Reclaim the Net caracterizou os esforços de vigilância do governo como “extremos”, salientando que desmascarar todos os que assistiram a um determinado vídeo “[torna todos suspeitos](#)” sem causa provável.

John-Michael Dumais

The original source of this article is [The Defender](#)
Copyright © [John-Michael Dumais](#), [The Defender](#), 2024

[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)

[Become a Member of Global Research](#)

Articles by: [John-Michael
Dumais](#)

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca